



-----**Mandato 2017/2021** -----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

-----**Ata Número Cinco** -----

---Aos dezoito dias de Dezembro de dois mil e dezassete reuniu na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e treze - dois mil e dezassete, ainda em vigor, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

---Esteve ainda presente, nos termos do número três do artigo vigésimo sétimo do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, e, em representação da Câmara Municipal de Lisboa, o Vereador João Paulo Saraiva.-----

---Às catorze horas e trinta e três minutos, a Presidente deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---1. Metodologia e calendário da apreciação dos instrumentos de gestão previsional do município de Lisboa (Doc 1)-----

---2. Preparação da reunião plenária de 19.12.2017 (Doc 2)-----

---3. Calendário das reuniões da AML para 2018 (Doc3)-----

---4. Outros assuntos-----

---**A Presidente** deu início à reunião passando para o ponto 2 enquanto aguardavam pela chegada do Senhor Vereador para discutirem o ponto 1.-----

Ponto 2:Preparação da reunião plenária de 19.12.2017-----

---**A Presidente**, sobre este ponto, informou que a proposta 672/CM/17 tinha um erro material no final da proposta, na qual tinha uma repetição de frases, e que já tinha feito a correção no *site* da Assembleia.-----

---Acrescentou que o BE tinha entregado algumas propostas de alteração, no entanto ainda não as tinha visto, uma vez que tinham chegado no final da manhã, e que talvez fosse útil que a Senhora Deputada do BE explicasse essas propostas.-----

---Sobre o PAOD, e os documentos apresentados para o efeito, lembrou que já tinham discutido numa Conferência de Representantes a questão da utilização ou não do logotipo do Partido Livre, pelos senhores Deputados Independentes Paulo Muacho e Patrícia Gonçalves, contudo os Senhores Deputados tinham voltado a usar o logotipo, assim sugeria que no âmbito da revisão do Regimento ficasse alguma coisa escrita sobre a presente matéria, que não fosse apenas um entendimento verbal da Conferência de Representantes, assim pedia que provisoriamente aceitassem os documentos como



estavam, e depois em sede do Grupo de Trabalho do Regimento chegariam a uma solução escrita.-----

----**O Deputado Modesto Navarro** defendeu que sempre tinham sido compreensivos com a situação dos Deputados Independentes eleitos na lista do Partido Socialista, e acreditava que tinham atravessado esses Mandatos com alguma facilitação e alguma coerência, no entanto o presente caso era claro, e até poderiam ver melhor a situação em sede do Grupo de trabalho do Regimento, mas na sua opinião esses documentos não podiam ser apresentados dessa maneira, como já tinha sido determinado em Conferência de Representantes, e portanto deveria ser cumprido, até o Regimento ser revisto.-----

----**O Deputado Diogo Moura** disse que fazia das palavras do Deputado Modesto Navarro as suas, até para não alongar muito a conversa, realçou que já tinham debatido essa matéria em Conferência de Representantes, e tinham decidido que os Deputados Independentes eleitos na lista do PS não poderiam utilizar um logótipo de um partido pelo qual não tinham concorrido às eleições. No entanto essa situação também colocava outras questões a nível de funcionamento da Assembleia, uma vez que, por exemplo, na segunda sessão do debate temático, e que tivesse conhecimento não existiam várias rondas de intervenção, os Deputados Independentes utilizaram 2 minutos e 50 segundos, identificaram-se como Deputados Independentes dos Cidadãos por Lisboa, e de seguida os Deputados que se apresentaram como Partido Livre falaram mais um minuto quase dois, e isso não lhe parecia aceitável.-----

---Defendeu que na sua opinião nem se colocava a questão Regimental uma vez que a Lei era clara nesse sentido, podiam sim clarificar essa matéria em sede de Regimento, em relação aos documentos apresentados, nem se deveria colocar a questão se aceitavam ou não, tendo em conta que já existia um entendimento da Conferência de Representantes sobre a matéria.-----

----**O Deputado Luís Newton** explicou que em sede de Regimento também tinha alguma dificuldade em abraçar essa discussão, uma vez que qualquer discussão que fosse contra aquilo que a Lei previa de forma clara.-----

----Prosseguiu explicando que tinham várias ramificações sobre o assunto, a que já tinha sido referida sobre a posição já tomada pela Conferência de Representantes, depois tinham uma questão, que na sua opinião era mais ampla, uma vez que em todos os materiais de divulgação do próprio partido vinha sempre a referência dos dois Deputados Municipais do Partido Livre na Assembleia Municipal de Lisboa, e se essa situação persistisse teriam que expor esta matéria a quem de direito, porque na sua opinião esses dois deputados deveriam perder o mandato, uma vez que existia um engodo relativamente ao eleitorado e que deveria ser esclarecido, até porque a Lei também nessa matéria era muito clara.-----



---**A Deputada Isabel Pires** reiterou o que já tinha sido dito por si numa Conferência de Representantes anterior, se existiam propostas de alteração ao Regimento, essas seriam vistas em sede própria, até lá deveria ser cumprido o que já tinha sido definido pela Conferência de Representantes.-----

----**O Deputado José Leitão** considerava que deveriam reduzir essa questão às suas devidas proporções, assim se existia uma proposta dos Deputados Independentes para alteração do Regimento, essa deveria ser discutida em sede própria, até essa altura deveriam apresentar os documentos sem o logótipo do Partido Livre.-----

----**O Deputado José Faria** defendeu que, tendo em conta os considerandos anteriores, deveriam tirar o logótipo do partido dos documentos apresentados.-----

----**O Deputado Paulo Muacho** afirmou que enviariam novamente o documento sem o logotipo do Partido Livre.-----

----Avançou referindo que efectivamente o que a Lei dizia, a menos que tivesse enganado, era que se, durante o mandato, os deputados municipais que tinham sido eleitos nas listas de um Partido se inscrevessem num outro partido perdiam o Mandato, o que não era o caso, uma vez que a Deputada Municipal Patrícia Gonçalves e ele próprio eram membros do Partido Livre, e tinham concorrido nas listas do Partido Socialista enquanto membros do Partido Livre, e essa situação além de ter sido divulgada tinha sido assumida perante o eleitorado, portanto parecia-lhes que enganar o eleitorado era no presente fazerem-se passar por Independentes com se não fossem membros de um Partido, e assim, independentemente da questão do símbolo, a sua vontade era continuarem a identificarem-se como Deputados Municipais Independentes, membros do Partido Livre.-

---**A Presidente** explicou que era entendimento da maioria e também o seu que os Senhores Deputados Independentes não podiam entregar os documentos com o logotipo do Partido Livre, nem designarem-se dessa maneira, assim solicitava que retificassem os documentos entregues, quer na retirada do logotipo, quer na parte deliberativa quando designavam os dois deputados Independentes do partido livre, para os Deputados Independentes abaixo assinados, e iria solicitar aos Deputados Independentes “Cidadãos por Lisboa” para fazerem o mesmo, embora não fossem abrangidos pela mesma regra, pensava assim resolver a questão e facilitar os trabalhos, assim passaria a designar os Deputados dos Cidadãos por Lisboa, como os 6 deputados independentes, e os deputados do Livre como dois independentes., julgava ser a maneira mais pragmática de resolver a questão.-----

----Avançou informando os Senhores Deputados que depois do meio-dia tinham entrado três documentos para o PAOD, tendo em conta que tinha sido a primeira vez que acontecia no presente mandato, perguntava se admitiam esses documentos ou se ficavam agendados para a próxima sessão.-----



----**O Deputado Luís Newton** considerava que todos deveriam ser sensíveis ao envio da documentação, e dos problemas que pudessem existir a nível informático, ainda assim entendia que deveria ser um atraso de 5 minutos, agora mais do que esse tempo não deveriam aceitar, a não ser que a matéria fosse muito relevante e merecesse a reflexão imediata, não sendo deverá ser agendada para uma próxima sessão.-----

----**O Deputado Diogo Moura** explicou que era um dos visados e que quando enviou a primeira vez a recomendação tinha enviado para si próprio por engando, no entanto acatariam o entendimento da Conferência.-----

----**A Deputada Aline de Beuvink** declarou que tinha a noção de que as suas propostas tinham entrado depois da hora prevista pelo Regimento, e que não queria abrir nenhum precedente e que poderiam ser agendadas numa próxima reunião.-----

---**A Deputada Isabel Pires** disse que relativamente a essa matéria, já em momentos anteriores tinham tido a mesma posição, até porque acontecia esporadicamente, não tinham nenhum problema com a entrada dos documentos.-----

----**O Deputado Modesto Navarro** lembrou que essa norma do Regimento era já antiga, era evidente que estavam numa situação diferente, uma vez que estavam no início do mandato e que tinha entrado alguns deputados novos, e que em relação aos documentos propriamente ditos não tinham reserva nenhuma, no entanto existia uma norma que era até à intervenção do público poder apresentar documentos sobre matérias que seriam tratadas na reunião. Contudo, poderiam admitir os documentos, no entanto deveria ficar como entendimento da Conferência que seria uma exceção por ser início do mandato.-----

---**A Presidente** deu conta de que a Recomendação do CDS-PP era sobre os moradores da Vila Dias e que brevemente iriam discutir essa situação numa proposta da Câmara, já os documentos apresentados pelo PPM eram um Voto de homenagem à actriz Amélia Rey Colaço e uma recomendação sobre solos contaminados.-----

----**A Deputada Cláudia Madeira** disse que compreendia e que era sensível à presente situação e a esse atraso, principalmente quando acontecia praticamente no início do mandato, considerava que deveriam evitar abrir esse precedente, porque poderiam ter no futuro novamente a mesma situação estariam mais uma vez a discutir se deveriam admitir documentos ou não.-----

----**O Deputado José Faria** declarou que não via nenhum inconveniente em aceitar os documentos, uma vez que estavam no início do mandato.-----

----**O Deputado Diogo Moura** declarou que tinha tido conhecimento no presente dia que tinha sido convocada uma Reunião de Câmara para dia 21 de Dezembro, na qual iria ser discutida a proposta relativa à Vila Dias, e pelo que tinha lido não existia nenhuma garantia concreta de que os moradores pudessem voltar às suas casas e daí a apresentação da sua Recomendação, uma vez que a mesma tinha entrado depois do prazo estipulado,



solicitava que se não houvesse PAOD até à próxima reunião, que a recomendação fosse discutida juntamente com a proposta da Câmara.-----

---**A Presidente** concordou com o proposto pelo Senhor Deputado Diogo Moura, relativamente às propostas do PPM disse que ficariam para uma próxima reunião, e iriam proceder sempre da mesma maneira, os documentos que entrassem depois do prazo dava-se entrada na mesma, eram numerados, a Mesa assinalava os mesmos e seriam agendados na reunião seguinte.-----

---**A Deputada Isabel Pires**, ainda sobre a reunião, disse que tinha uma questão sobre os documentos apresentados que era a Recomendação 7/14 do MTP e a Recomendação 7/11 dos Independentes que tratavam matérias e faziam recomendações no seguimento e dentro dos temas debatidos no debate temático sobre Segurança e Vida Noturna em Lisboa, como tem sido hábito em debates temáticos anteriores, as recomendações que saíam desses debates temáticos saíam dos vários relatórios que eram feitos em sede de Comissão e daí tinham a proposta de deliberação, não se recordava de em situações anteriores algum Grupo Municipal tomar a iniciativa de o fazer antes de o relatório da respectiva Comissão ser feito, assim apelava aos grupos municipais que esperassem ter o relatório feito, bem como a discussão final que iria ser feita, para apresentarem esses documentos.-----

---**A Presidente** sugeriu que se solicitasse aos proponentes das Recomendações que os eviassem para os relatores das duas sessões do debate e também para a 8ª Comissão e talvez à 2ª Comissão, assim não discutiam os documentos na sessão de amanhã, e em sede de comissão seriam integrados na proposta de deliberação, no caso de não serem integradas, poderiam sempre ser agendadas no momento da discussão da deliberação final.-----

---**O Deputado Modesto Navarro** declarou que concordava com a intervenção da Senhora Deputada Isabel Pires e que concordava com a solução proposta pela Senhora Presidente, que era possível concertar as diferentes opiniões para surgirem nesta matéria como um todo no relatório e com força.-----

---**O Deputado José Leitão** concordou com o proposto.-----

---**O Deputado José Faria** disse que concordava com o proposto, mas não podia deixar de dizer que os Grupos Municipais apresentavam o que bem entendessem em termos de matérias a serem discutidas em sede de Assembleia.-----

---Terminou perguntado se existia alguma data prevista para a entrega dos relatórios das duas sessões do debate estariam prontos.-----

---**A Presidente** explicou que o procedimento era o seguinte, os serviços transcreviam o debate, uma vez que era útil para quem fazia o relatório, posteriormente os relatores faziam os relatórios e de seguida eram discutidos em sede de Comissão.-----



----**O Deputado Paulo Muacho** afirmou que também concordava com o que tinha sido proposto pela Senhora Presidente.-----

---**A Presidente** comunicou que iria transmitir esse entendimento ao Plenário na reunião de amanhã.-----

---Avançou, lembrando que tinha entrado algumas propostas de alteração a pontos da ordem de trabalhos da sessão de amanhã, apresentados pelo BE, que ainda não tinha visto quais eram, pois tinham chegado nessa manhã e sugeriu que a Senhora Deputada do E fizesse uma pequena apresentação das mesmas.-----

---**A Deputada Isabel Pires** explicou que apresentavam quatro propostas de emenda às propostas n.ºs 674/CM/2017 e 672/CM/2017, essas propostas de emenda vinham no seguimento de outras propostas que o BE tem vindo apresentar ao longo dos anos sobre essa matéria.-----

---Em primeiro lugar, e sobre a proposta n.º 674/CM/2017, disse que era uma proposta de emenda à isenção da Derrama, que estava ligada com a precariedade, que era uma proposta de isenção a empresas que criassem postos de trabalho efectivos, com sede na cidade de Lisboa, a partir dos cinco postos de trabalho, ainda sobre a finalmente obre a Derrama propunham a eliminação da alínea a) do ponto 2.-----

---Finalmente, sobre a proposta 672/CM/2017, explicou que propunham a eliminação de isenção a prédios arrendados a habitação, no que tocava ao IMI, tinha também a ver com as questões do alojamento local, e ainda sobre o IMT era uma proposta de isenção para aquisição de prédios exclusivamente para prédios de habitação própria e permanente de valor inferior a 300 mil euros.-----

----**A Presidente** agradeceu a explicação da Senhora Deputada Isabel Pires, e solicitou aos serviços que distribuíssem os documentos apresentados pelo BE.-----

----**O Deputado José Faria** disse que relativamente ao PAOD tinha uma sugestão ao voto de condenação apresentado pelo PEV, sobre o reconhecimento dos EUA de Jerusalém como capital de Israel, considerava que o mesmo estava cheio de erros, estava elaborado sobre falsos pressupostos e tinha 22 anos de atraso, se pudessem alterar esses pressupostos, poderiam ponderar a sua intenção de voto.-----

----**A Presidente** explicou que em sede de Conferência não discutiam o fundo das propostas, mas sim discutiam os procedimentos, a forma de condução dos trabalhos e os consensos, assim sugeria que falasse com o Grupo proponente para tentarem chegar a acordo sobre o texto do voto.-----

---Prosseguiu, dizendo que o primeiro ponto da ordem de trabalho era a Informação Escrita do Presidente, acontecia que tinham que aprovar toda a matéria de política fiscal, até ao final do ano, assim perguntava se havia alguma objecção que primeiro discutissem a política fiscal e depois a Informação Escrita, sendo que a Sessão estava marcada para as



14h30 para o concerto de Natal, às 15h00 começava formalmente a Sessão e no final tinham o já habitual lanche de Natal.-----

----**O Deputado Modesto Navarro** declarou que essa decisão cabia ao plenário.-----

Ponto 1: Metodologia e calendário da apreciação dos instrumentos de gestão previsional do município de Lisboa-----

---**A Presidente**, sobre este ponto, começou por explicar que tinha distribuído no dia da tomada de posse das Comissões um calendário com a previsão de reuniões das Comissões e Vereadores para a apreciação dos instrumentos de gestão previsional (documento número 1), o objectivo era diminuir ao máximo o número de reuniões possíveis, e fazer algumas reuniões em conjunto, quer em conjunto de Comissões quer em conjunto de Vereadores, entretanto a Senhora Presidente da 1ª Comissão Permanente tinha chamado a atenção para a necessidade da 1ª Comissão estar presente em todas as reuniões, uma vez que era a 1ª Comissão que conduzia o processo do parecer destas matérias, e por isso tinha acrescentado a 1ª Comissão em todas as reuniões previstas, e tinha acrescentado ainda o Senhor Presidente da Câmara na reunião conjunta entre as 1ª, 2ª e 4ª Comissões, uma vez que a 2ª Comissão tinha competência na área do turismo.-----

----Avançou dizendo que caso existisse consenso sobre o calendário apresentado iria distribuí-lo aos Presidentes das Comissões para se poderem organizar.-----

----Explicou ao Senhor Deputado Modesto Navarro, que tinha feito esse exercício para se conseguir conciliar as agendas dos Senhores Vereadores e para que fosse possível que todos fossem ouvidos, tendo em conta que o tempo era limitado, não queria se sobrepor às competências dos Senhores Presidentes das Comissões mas somente agilizar o processo.-----

----**O Deputado Modesto Navarro** explicou que a sua reacção na altura tinha sido perante uma realidade muito concreta que sempre tinha sido levada a cabo, eram as Comissões analisavam em relação à matéria ou ao seu conteúdo de trabalho quais os Vereadores, e isso não podia ser rígido, pois se alguma Comissão entendesse que precisava de ouvir um Vereador ou do Presidente sobre uma determinada matéria devia poder pedi-la à Mesa, por outro lado fixar o dia 16 de Janeiro para a discussão das matérias em plenário era complicado.-----

---**A Presidente** deu conta que tinha fixado o dia 16 de Janeiro para a discussão dessas matérias pois o limite legal era 26 de Janeiro, e por isso à cautela, tinha agendado para a semana anterior ao prazo legal não fossem ter algum problema, claro que poderiam votar o orçamento depois desse prazo mas não gostaria que isso acontecesse.-----

----**A Deputada Aline de Beuvink** perguntou se havia alguma ideia em que horário as reuniões iriam decorrer.-----



---**A Presidente** esclareceu que procuravam fazer as reuniões no final da tarde, por volta das 18h, sendo que as maiores provavelmente que terminariam mais tarde, e as que tinham mais que duas Comissões deviam realizar-se no plenário devido ao espaço.-----

----**O Deputado Luís Newton** disse que estavam perante uma limitação temporal bastante significativa e que via com alguma preocupação a condensação de algumas matérias em muitas reuniões conjuntas, que das duas uma, ou obrigava a uma morosidade das próprias reuniões ou então corriam o risco de não terem condições para fazer um trabalho com o detalhe a que a matéria obrigava, correndo o risco de prejudicar os trabalhos, compreendia a limitação mas não queria deixar de manifestar a sua preocupação.-----

----**A Presidente** esclareceu que tinha consciência de que o tempo podia ser insuficiente, e que tinha feito o calendário no pressuposto de que podia agendar para 16 de Janeiro, no entanto se as Comissões precisassem de mais tempo teriam que reajustar o calendário.-----

----**O Deputado José Inácio** declarou que também tinha uma preocupação, que aliás já tinha manifestado na primeira reunião da 1ª Comissão, que era da sua limitação temporal, queria obviamente participar, no entanto tinha limitações devido ao Parlamento Europeu, e tinham as semanas vermelhas com plenário que coincidia exatamente com o dia 16 de Janeiro, e o mesmo acontecia com algumas datas das reuniões das Comissões, assim perguntava se podia haver alguma alteração de datas ou não.-----

----**A Presidente** afirmou que todas as pessoas tinham impedimentos, que era natural, contudo os Senhores Vereadores não se podiam fazer substituir ao contrário dos Senhores Deputados que podiam e por isso existia tinham maior flexibilidade, no caso de nenhum dos Deputados poder estar presente tinham ainda os Grupos de Apoio que podiam estar presentes nas reuniões e que depois passariam a informação.-----

----**O Deputado José Inácio** explicou que apenas queria saber o processo de marcação das reuniões das Comissões, se as reuniões eram exclusivamente marcadas pela Mesa, ou se pode haver sugestões de alteração de datas.-----

----**A Presidente** elucidou que a Mesa apenas tinha marcado a primeira reunião para a tomada de posse das Comissões, as restantes eram marcadas pelos Presidentes das Comissões, no entanto cabia à Mesa convocar entidades externas para reuniões das Comissões, nas quais se incluíam os Vereadores.-----

----Avançou, explicando que o calendário estava para conhecimento de todos, uma vez que já tinha articulado para que nas datas previstas os Senhores Vereadores estivessem disponíveis para as reuniões, evidentemente que poderia existir ajustamentos de calendário, no entanto tinham que procurar convergir para que fosse possível discutir a matéria na data prevista.-----

Ponto 3:Lista das propostas e assuntos pendentes de apreciação-----



----**A Presidente** informou que tinham um vasto conjunto de Petições ainda do Mandato anterior, cujos peticionários tinham sido contactados no sentido de apurar se pretendiam manter a petição para o presente Mandato, e tinham aguardado a composição das Comissões, que finalmente estavam em funções e para as quais já tinha sido enviado a presente lista, assim tinha dado um mês para apreciação das petições, no entanto caso fosse necessário mais tempo para apreciação assim o fariam.-----

----Sobre a Carta de Lisboa lembrou que tinham combinado que seria tratada, eventualmente como um debate temático, mas depois vieram como iriam organizar.-----

----Relativamente às propostas da Câmara, apenas tinham a 657/2017, o 8º Relatório de Monitorização da Reforma Administrativa, contudo tinham o conjunto de propostas relacionados com os instrumentos de gestão que a Câmara já tinha aprovado no dia 14, mas que ainda não tinham dado entrada nos serviços-----

----Deu conta de duas propostas assinaladas a amarelo, uma vez que não tinham sido aprovadas em Câmara.-----

----Finalmente, tinham ainda um conjunto enorme de repartições de encargos que ainda não tinham sido aprovadas em Câmara, e ainda algumas propostas apenas para conhecimento da Assembleia, que eram os planos de actividades das empresas municipais.-----

----**O Deputado Luís Newton** disse que tinham uma série de propostas para entrar, nomeadamente as orientações estratégicas de empresas municipais como da SRU e da EGECAC, perguntou porque razão umas propostas eram para conhecimento e outras para deliberação da Assembleia.-----

----**A Presidente** esclareceu que as que tinham o “contrato de programa”, tendo em conta que era da competência da Assembleia tinham que ser aprovadas, as outras eram apenas para conhecimento.-----

----**O Vereador João Paulo Saraiva** declarou que na reunião de Câmara do presente dia, os Vereadores do PSD tinham levantado uma questão de natureza técnica ou jurídica, e perguntou se essa questão também era levantada na Assembleia pelo grupo do PSD ou por outro grupo.-----

----Explicou que era uma questão técnica que o preocupava e que estava conexas com a actividade da Assembleia relacionada com as repartições de encargos, a metodologia que tinha vindo a ser seguida ao longo de muitos anos na Câmara Municipal, com uma interpretação que não lhe parecia nada rebuscada, daquilo que era a lei, que era a seguinte, a Câmara aprovava uma proposta de adjudicação e trazia de seguida a proposta de repartição de encargos à Assembleia, essa situação trazia uma economia processual, no entanto existiam algumas pessoas com uma visão um pouco mais ortodoxa, daquilo que era a lei, que acreditavam que deveria ser ao contrário, ora isso era uma perda de tempo, e



pensava que tinha sido isso que esteve no espírito de quem tinha construído esse modelo há uns anos atrás, mas queria perceber se era uma questão que era suscitada por todos ou se era apenas uma questão que tentariam esgrimir com os vereadores do PSD e que na Assembleia não era uma questão que não trazia nenhum problema, não tinha existido nenhuma alteração legal, era apenas uma questão de interpretação que tinham diferente.---

----**A Presidente** pediu ao Senhor Vereador para tentar resolver a questão em Câmara, caso não fosse possível poderiam tentar ajudar.-----

----Proseguiu, dando conta que o conjunto de matérias agendadas para a sessão de câmara do dia 21, eram matérias complexas, eram matérias de património, e no mandato passado tinham tido longas discussões sobre um regulamento do património que acabou por não ser aprovado e que a Câmara não tinha ainda reapreciado, informou que tinha pedido uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara para verem quais eram os problemas com o regulamento, para ver se conseguiam um entendimento de como iriam conduzir essas matérias.-----

----Concluiu dizendo que tinha solicitado a reunião com o Senhor Presidente, para dar cumprimento a uma recomendação aprovada no mandato passado, que tinha sido subscrita por si, no sentido de primeiro definirem uma estratégia para a gestão patrimonial e depois aprovarem um regulamento.-----

Ponto 4: Calendário das reuniões da AML para 2018-----

----**A Presidente**, sobre este ponto, esclareceu que o calendário apresentado era apenas uma previsão meramente indicativa que fazia no início de cada ano, tendo como base o que estava previsto pelo Regimento, numero de sessões ordinárias, declarações políticas, perguntas à Câmara, que procurava deixar uma terça-feira livre todos os meses, e que era perfeitamente ajustável às necessidades da Assembleia.-----

----Terminou explicando que o procedimento era em cada Conferência de Representantes ir ajustando o calendário das semanas seguintes.-----

Ponto 5: Outros Assuntos-----

----**A Presidente**, neste ponto, e sobre o Método de Hondt lembrou que tinham combinado o critério na última Conferência de Representantes, e que quer o PAN quer o MPT não concordavam com o proposto.-----

----Acrescentou que o PAN tinha apresentado uma proposta, mas explicou que o critério tinha sido o menor denominador comum ou o máximo divisor comum entre todos e portanto pedia para não voltarem a essa discussão.-----

----Disse que o MPT tinha feito uma proposta de alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, e explicou que tinham toda a legitimidade para o fazer mas não em sede de Conferência de Representantes, solicitou ao Senhor Representante do MPT



que visse no regulamento onde e como deveriam apresentar essas propostas de alteração e depois com certeza que as poderiam discutir.-----

----**O Deputado José Faria** declarou que queria que ficasse registado em acta que o Partido da Terra não concordava com o critério que tinha sido “consensualizado”, porque existia uma maioria mas não existia consenso absoluto.-----

----**O Deputado Miguel Santos** afirmou que uma vez que existia uma maioria a favor de uma determinada tendência ou de escolha da ordem que não se iria opor a essa maioria, no entanto considerava que era um critério perfeitamente iníquo porque não tinha qualquer justificação que não seja estar de acordo com a maioria, não tinha lógica nenhuma e portanto manifestava a sua veemente oposição a esse critério e aceitava-o como critério da maioria.-----

----**A Presidente** deu conta de que tinha recebido da Área Metropolitana de Lisboa uma informação do INE com os dados estatísticos apenas sobre o concelho de Lisboa iria distribuir essa documentação por todos e colocar no *site*.-----

----Acrescentou que, como sabiam, existiam quatro Comissões de Proteção de Crianças e Jovens na Cidade de Lisboa, e a Assembleia Municipal nos termos da Lei tinha competências para apreciar os relatórios anuais, acontecia que o ano anterior uma das CPCJs não tinha a enviado o seu relatório, e Assembleia acabou por não apreciar os outros três, assim perguntava se mesmo estando incompleto deveria ser apreciado, enviar para a 6ª Comissão, que se entendessem poderiam convocar os presidentes das Comissões e se quisessem apresentar alguma propostas ou alguma recomendação, ou seja não se fazia a apreciação dos relatórios em plenário.-----

----**O Deputado Miguel Santos** defendeu que essa falha deveria ser sinalizada e comunicada a quem de direito e que concordava com o proposto pela Senhora Presidente.-----

----**O Deputado Diogo Moura** disse que já tinham falado sobre essa matéria no anterior mandato, mas talvez fosse importante lembrar, pelo menos ele próprio considerava que existiam determinados documentos da Conferência de Representantes que eram colocados no *site*, percebia que era uma questão de transparência e ainda bem que assim era, mas depois existiam várias pessoas que iam retirando os documentos e utilizavam-nos achando que aquilo estava definido, era o caso de por exemplo a previsão das reuniões, quando se colocava esse documento como anexo à reunião podiam dar como certo as reuniões que no fundo estavam apenas previstas, era um tipo e documento que poderia confundir os cidadãos.-----

----**A Presidente** declarou que o documento como a previsão das reuniões era colocado em dois sítios diferentes, como documento de apoio à Conferência de Representantes, e depois estava no separador das actividades, e era usual no fundo da página colocar o



último calendário que tinha sido visto em Conferência de Representantes, e julgava que era nessa pagina que poderiam aceder, disse que poderiam de deixar de colocar nessa parte, apenas a previsão das reuniões mais próximas.-----

----**O Deputado Diogo Moura** explicou que na altura até estava relacionado com outro tipo de documentos, e dava já um exemplo do presente mandato que tinha sido a questão da proposta dos apoios técnicos e administrativos aos Gabinetes, que os jornalistas tinham ido buscar essa proposta, quando essa proposta podia ter sido alterada na reunião.-----

----**O Deputado Modesto Navarro** sobre a questão do agendamento disse que podiam assentar no calendário as reuniões previstas para o mês seguinte e essa seria a informação válida.-----

----**A Presidente** concordou com a sugestão do senhor Deputado Modesto Navarro, e acrescentou que não tinha problema nenhum que se colocaria apenas a informação útil sobre o calendário das reuniões.-----

----Sobre os restantes documentos da Conferência de Representantes, solicitou aos Senhores Deputados que caso existissem documentos que considerassem que não deveriam de colocar no site, para sinalizarem essa intenção, uma vez que por defeito colocava no site tudo o que era agendado.-----

----**O Deputado Miguel Santos** sugeriu que o calendário pudesse ser visualizado e que as reuniões que estivessem confirmadas tivessem um destaque gráfico diferente, e assim os cidadãos sabiam perfeitamente quais estavam previstas mas não estavam confirmadas e as que estavam confirmadas.-----

----**A Presidente** concordou com a sugestão do senhor Deputado Miguel Santos e disse que ira proceder dessa maneira.-----

----**O Deputado Luís Newton** queria fazer uma proposta, já que não existia nenhum modelo regimental para a disponibilização desse tipo de documentos, entendia que as reuniões da Conferência de Representantes deveriam ter uma ata sem transcrição, se houvesse eventualmente matérias que fossem solicitadas por alguém, disponibilizava-se a transcrição, na sua opinião seria mais prático que ata fosse uma ata em minuta das reuniões, sob pena de não perceberem o enquadramento das discussões.

----**A Presidente** explicou que não poderiam fazer uma ata em minuta pois não tinham deliberações e a ata em minuta servia para dar execução às deliberações da Assembleia.----

----**O Deputado Luís Newton** defendeu que tinham ordem de trabalhos e que deliberavam sobre os pontos da ordem de trabalhos.-----

----**A Presidente** argumentou que a única matéria que era votada na Conferência de Representantes eram as atas das reuniões, os restantes pontos eram ou não



consensualizados, formalmente não existiam deliberações o que tornava muito difícil fazer uma ata em minuta.-----

----Concluiu, propondo que os serviços fizessem a transcrição da reunião para fazer a ata, de seguida o Draft da mesma seria distribuída por cada senhor Representantes e no momento da aprovação da ata, quem entendessem que certas matérias não deveriam constar, faziam chegar essa informação, e somente depois da aprovação colocariam a ata no *site*.-----

----**A Conferência** concordou com o proposto.-----

----Durante a reunião foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e dela fazem parte integrante:-----

-Doc 1 – Metodologia e calendário da apreciação dos instrumentos de gestão previsional do município de Lisboa -----

-Doc 2 – Preparação da reunião plenária de 19.12.2017 -----

-Doc 3 – Calendário das reuniões da AML para 2018 (Doc3-----

----Nada mais havendo a acrescentar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa deu por encerrada a reunião pelas quinze horas e cinquenta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

A Presidente _____

O Primeiros Secretário _____

A Segunda Secretária _____